



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral  
-06-Ago-2018-15:07-033/22-1/1

Excelentíssimo Senhor

**Joecir Bernardi**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco – Paraná.

O vereador **Carlinho Antonio Polazzo -PROS**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, submete à apreciação da Câmara Municipal de Pato Branco o seguinte Projeto de Lei:

## PROJETO DE LEI Nº 137/2018

Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

**Art. 1º** Fica proibido no Município de Pato Branco, Paraná, o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico aos clientes de hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, panificadoras e demais estabelecimentos comerciais que façam uso do utensílio.

**Parágrafo único.** As disposições desta lei aplicam-se igualmente às casas de show, boates, locais de eventos esportivos e comércio ambulante em geral.

**Art. 2º** Os estabelecimentos de que trata esta lei poderão, em substituição aos canudos de plástico, fornecer canudos fabricados em papel reciclável, material comestível ou biodegradável, bem como em outro material reutilizável, tais como inox e vidro, individual e hermeticamente embalados.

**Art. 3º** A inobservância desta lei acarretará ao infrator, aplicação de multa de 10 à 100 UFMs, de acordo com a gravidade da infração e a capacidade econômica do infrator, aplicada em dobro em caso de reincidência, sem prejuízo de demais sanções de ordem cível ou criminal, nos termos da lei.

**§ 1º** A fiscalização dos atos decorrentes desta lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com auxílio das demais secretarias municipais.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



§ 2º Os valores das multas arrecadados em virtude do descumprimento das obrigações estabelecidas nesta lei serão destinados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor 180 (cento e oitenta) dias após a data de sua publicação.

Pato Branco, 2 de agosto de 2018.

Carlinho Antonio Polazzo  
Vereador - PROS







## JUSTIFICATIVA

A presente iniciativa se justifica, por estar em consonância com medidas que vem sendo adotadas no mundo inteiro quanto ao uso e descarte de materiais plásticos e o consequente impacto ambiental.

Os canudos plásticos estão no centro de campanhas de conscientização para a preservação ambiental. O artefato é apontado como sendo um grande poluidor, símbolo mais global do problema que o plástico traz para o planeta.

A questão é que o polipropileno e o poliestireno, materiais dos quais geralmente são feitos os canudos, não são biodegradáveis. Quando incorretamente descartados, tendem a ficar no ambiente, desintegrando em pedaços menores, que acabam sendo ingeridos por animais.

Com efeito, de uso individual e efêmero, o canudo de plástico é um dos problemas ecológicos contemporâneos mais urgentes. A cada ano, 1 milhão de aves marinhas e 100 mil mamíferos e tartarugas perdem a vida ao se enroscarem ou ingerirem plástico. Sua vida útil é estimada em 4 minutos. Isso mesmo, 4 minutos! E leva aproximadamente 400 anos para se decompor na natureza. Atualmente 90% da poluição marinha é plástica.

A presente proposição pretende alinhar Pato Branco com as cidades mais desenvolvidas do mundo a várias capitais brasileiras no combate à poluição do meio ambiente, ajudando a tornar nossa cidade mais sustentável.

Não faltam alternativas para substituir os canudos de plástico. Apesar de muitas vezes ser desnecessário, podem também serem feitos de metal, vidro, papel ou mesmo comestíveis.

Ademais, consoante art. 30, I, da Constituição Federal diz que compete aos municípios legislar sobre assuntos de interesse local. No que se refere à proteção do meio ambiente, é cediço que o município detém competência legislativa suplementar para legislar sobre o tema, com respaldo no artigo 30, II, da Constituição Federal. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal decidiu, recentemente, que "o Município tem competência para legislar sobre meio ambiente e controle da poluição, quando se tratar de interesse local" (RE 194.704/MG).

Diante do exposto, convencidos do alcance social da proposta preconizada e de sua consequente conveniência para o interesse público, buscando o incentivo da consciência ecológica e a proteção do meio ambiente, pedimos a apoio de nossos pares para sua aprovação.

Pato Branco, 2 de agosto de 2018.

  
**Carlinho Antonio Polazzo**  
Vereador – PROS





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

### PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 137/2018

**Autor:** Carlinho Antonio Polazzo -PROS

**Relator:** Marines Boff Gerhardt- PSDB

**Súmula:** Dispõe sobre a proibição, no âmbito do município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

#### RELATÓRIO

O projeto em questão, de autoria do do vereador acima citado visa a aprovação do douto plenário desta Casa de Leis para o projeto que proíbe no âmbito do município de Pato Branco, o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica no seu art. 1º.

#### ANÁLISE

O projeto em tela, conforme apresentado em sua justificativa, busca colocar Pato Branco no nível de grandes cidades desenvolvidas, que buscam o crescimento sustentável, sempre pensando no meio ambiente.

Todos somos conhecedor de inúmeras campanhas vinculadas nas mídias que o canudo de plástico é um dos grandes vilões na poluição do meio ambiente. O Fórum Econômico Mundial relata a existência de 150 milhões de toneladas métricas de plásticos nos oceanos. Caso o consumo de plástico siga no mesmo ritmo de hoje, cientistas preveem que haverá mais plástico do que peixes no oceano até 2050.

O canudo entrou nessa como a porta de entrada para discussões maiores sobre o consumo desenfreado de plásticos.

Campanhas de conscientização devem anteceder a execução desta Lei, assim teremos uma cidade consciente que ajudará e muito no cumprimento desta e até mesmo na fiscalização.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## VOTO DO RELATOR

Após análise do projeto de Lei, pelo interesse público e pela legalidade, optamos por exarar PARECER FAVORÁVEL, à sua tramitação e aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 09 de agosto de 2018.

**Carlinho Antonio Polazzo - PROS**  
Membro

**Marínés Boff Gerhardt - PSDB**  
Presidente - Relatora

**Moacir Gregolin - PMDB**  
Membro

**Rodrigo José Correia - PSC**  
Membro

**Ronalce Moacir Dalchiavan - PP**  
Membro



*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 137/2018.

Pato Branco, 08/08/2018.

  
**Marines Boff Gerhardt - PSDB**  
**Presidente**

*Fls. 6*



*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 137/2018.

Pato Branco, 17/8/2018

  
**Fabricio Preis de Mello - PSD**  
**Presidente**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor

**Joecir Bernardi**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

## REQUERIMENTO Nº 175/2018



Requer seja oficiada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Associação Empresarial de Pato Branco – ACEPB, para que se manifestem tecnicamente a cerca do Projeto de Lei nº 137/2018, "Dispõe sobre a proibição, no âmbito do município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica".

O vereador infra-assinado, **Fabrizio Preis de Mello - PSD**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Associação Empresarial de Pato Branco – ACEPB (Rua Xavantes, 315 – Centro), para que se manifestem tecnicamente a cerca do Projeto de Lei nº 137/2018, "Dispõe sobre a proibição, no âmbito do município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica".

Justifica-se a solicitação, para emissão de parecer. (PL em anexo).

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 20 de agosto de 2018.

  
Fabrizio Preis de Mello  
Vereador – PSD

Excelentíssimo Senhor

**Joecir Bernardi**

Rua Arariboia, 491 - Centro - Fone: (46) 3272-1500 - 85501-262 - Pato Branco - Paraná  
site: [www.camarapatobranco.com.br](http://www.camarapatobranco.com.br) - e-mail: [legislativo@camarapatobranco.com.br](mailto:legislativo@camarapatobranco.com.br)







# PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

## Secretaria de Meio Ambiente

Rua Caramuru, 271 – Centro  
85501-060 – Pato Branco – PR  
Fone/fax (0xx46) 220-1505  
meioambiente@patobranco.pr.gov.br



Protocolo Geral

-28-Ago-2018-10:14-03332-1/2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR

Ofício nº. 068/2018

Pato Branco, 27 de agosto de 2018.

Prezado Senhor

Em atendimento ao Ofício 548/2018 - DL, de 20 de agosto do corrente, referente a propositura aprovada por unanimidade em sessão ordinária, referente a solicitação de parecer técnico dessa Secretaria de Meio Ambiente, no tocante ao Projeto de Lei nº. **137/2018**, de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo, que dispõe sobre a proibição do fornecimento de canudos plásticos no Município de Pato Branco, nos manifestamos nos seguintes aspectos:

1. Ressaltamos que o referido projeto é relevante, importante e oportuno, considerando que esse tem se tornado um manifesto e vontade da sociedade como um todo em prevenir os impactos negativos desse material plástico, sobretudo na fauna e em especial a fauna aquática;
2. Sugerimos que no Art. 1º, seja incluso também os estabelecimentos de supermercados, atacados e similares, os quais fornecem esses materiais ao varejo e diretamente aos consumidores. Sugerimos ainda que seja incluso além dos canudinhos, os palitos de plásticos, utilizados para dissolver açúcar em chás e cafezinhos;
3. Entendemos, conforme apresentado no Art. 3º, parágrafo 1º, que para um resultado mais efetivo da aplicação da Lei e com amplo respaldo legal, que a mesma fosse realizada pela equipe do Órgão de Fiscalização do Município.

Atenciosamente.

Nelson Bertani

Secretário Municipal de Meio Ambiente

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO  
Nelson Bertani  
Secretário de Meio Ambiente

Ao Senhor

Jocir Bernardi

Presidente da Câmara de Veradores

Pato Branco - PR

*Fabricio*



**COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

PARECER: Projeto de Lei nº 137/2018

**SÚMULA:** Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

**Autor:** Carlinho Antonio Polazzo

Pretende o Proponente, através do Projeto de Lei em epígrafe, proibir o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica, no âmbito do Município de Pato Branco.

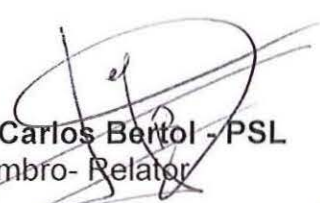
A propositura visa também, a substituição de canudos de plásticos, por canudos confeccionados em papel comestível, papel reciclável ou biodegradável.

A presente iniciativa se justifica, haja vista que os materiais utilizados para fabricação de canudos plásticos, não são biodegradáveis e quando estes são descartados, causam sérios problemas ao meio ambiente.


A inobservância desta lei, acarretará ao infrator multas que variam de 10 à 100 UFM's, de acordo com a gravidade da infração.

Considerando a legalidade e interesse público do incluso projeto, atendendo ainda o que preceitua o art. 64 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pato Branco, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à regular tramitação.

Nestes termos, pedem deferimento.  
Pato Branco, 31 de agosto de 2018.

  
**Ednilson Carlos Bertol - PSL**  
Membro- Relator

  
**Moacir Gregolin - MDB**  
Membro

  
**Vilmar Maccari - PDT**  
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral - 03-Set-2018-16:59-033849-1/1





# Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná



Exmo. Sr.

**Joecir Bernardi**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores infra-assinados, componentes da **Comissão de Políticas Públicas**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA** ao **Projeto de Lei nº 137/2018**, que Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

## EMENDA MODIFICATIVA Nº 1:




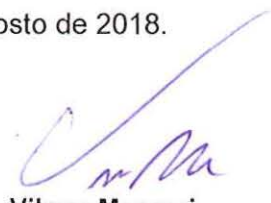
*Obs: votou contra os vereadores: Joecir Bernardi, Maurício S. Gerhard, Claudimir Zanetti, Rodrigo José Corrêa e José Gibson Leite da Silva.*

Modifica a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 137/2018, passando a vigorar com a seguinte teor:

"Art. 1º Fica proibido no Município de Pato Branco, Paraná, o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico, bem como palitos de plásticos, utilizados para dissolver açúcar em chás e cafés, aos clientes de hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, panificadoras e demais estabelecimentos comerciais que façam uso do utensílio.

Pato Branco, 31 de agosto de 2018.

  
**Ednilson Carlos Bertol**  
Vereador - PSL

  
**Vilmar Maccari**  
Vereador - PDT

  
**Moacir Gregolin**  
Vereador - MDB

Protocolo Geral 05-Set-2018-16:59-03350-1/1

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aos 03 (três) dias do mês de setembro do ano de 2018, às 16h, reuniram-se os membros da Comissão de Políticas Públicas, os vereadores **Moacir Gregolin (Membro)**, **Ednilson Carlos Bertol (membro)** e **Vilmar Maccari (Presidente)** para deliberarem sobre os projetos de competência desta comissão e o assessor parlamentar **Leandro Gustavo Lamp** para secretariar a reunião. O Presidente da Comissão de Políticas Públicas, Vilmar Maccari abriu a presente reunião cumprimentando a todos e em seguida foi explanado sobre o Projeto de Lei nº 134/2018, que proíbe a inauguração e entrega de obras públicas inacabadas, ou que não atendam à finalidade a que se destinam, no Município, o relator Fabricio solicitou através de requerimento, aprovado em 20 de agosto de 2018, informações a cerca da matéria, para posteriormente exarar parecer. O Projeto de Lei nº 133/2018, que institui o Programa Família Acolhedora no Município de Pato Branco e dá outras providências, o relator Fabricio oficiou no dia 22 de agosto de 2018, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Conselho Tutelar e 3ª Promotoria do Município de Pato Branco, para que se manifestem a cerca da matéria, para posteriormente emissão de parecer. O Projeto de Lei nº 137/2018, que dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica, o relator Ednilson Carlos Bertol e os demais pares, deliberaram pelo **Parecer Favorável** à regular tramitação da matéria. O Projeto de Lei nº 144/2018, que institui o Programa "Terceira Idade em Movimento", o relator e os demais pares deliberaram pelo **Parecer Favorável** à regular tramitação da matéria. O Projeto de Lei nº 140/2018, que institui a Cãominhada no âmbito do Município de Pato Branco e dá outras providências, o relator Ednilson e os demais pares, optaram pelo **Parecer Favorável** à regular tramitação da matéria. O Projeto de Lei nº 153/2018, que institui o "Dia do Profissional de Educação Física", no Calendário Oficial de Eventos do Município de Pato Branco e dá outras providências, o relator da matéria vereador Ednilson, deliberou com os demais componentes da comissão, pelo **Parecer Favorável** à regular tramitação do projeto. Nada mais havendo a ser tratado, lavramos a presente ata que após lida e aprovada foi assinada pelos de competência.

Pato Branco, 03 de setembro de 2018.

  
Moacir Gregolin  
Membro

  
Vilmar Maccari  
Presidente

  
Ednilson Carlos Bertol  
Membro

  
Leandro Gustavo Lamp  
Assessor Parlamentar




## *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o projeto de Lei nº 137/2018.

Pato Branco, 04/09/2018.

  
**José Gilson Feitosa da Silva – PT**  
**Presidente**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Excelentíssimo Senhor  
**JOECIR BERNARDI**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

## REQUERIMENTO Nº 336/2018

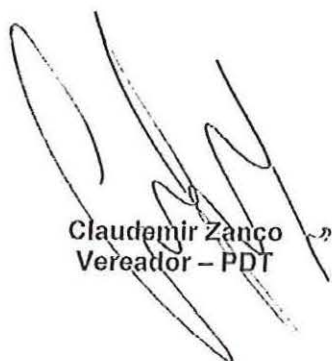
Solicitam ao Sindicato dos Bares, Hotéis e Similares, parecer ao Projeto de Lei nº 137/2018, que dispõe sobre a proibição do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos comerciais.

Os vereadores infra-assinados, **Claudemir Zanco – PDT**, **José Gilson Feitosa da Silva – PT** e **Amilton Maranoski – PV**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requerem seja oficiado ao Sindicato dos Bares, Hotéis e Similares (Rua Afonso Pena, 1822 – Bairro Sambugaro – Pato Branco), solicitando parecer sobre o Projeto de Lei nº 137/2018, de 6 de agosto de 2018, que dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

O referido Projeto encontra-se em estudo nesta Casa de Leis e a análise desse Sindicato é importante para que possamos nos posicionar quanto à matéria em trâmite.

Nestes termos, pedem deferimento.

Pato Branco, 12 de setembro de 2018.

  
**Claudemir Zanco**  
Vereador – PDT

  
**Amilton Maranoski**  
Vereador – PV

  
**José Gilson Feitosa da Silva**  
Vereador – PT







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Ao Departamento Legislativo  
Câmara Municipal de Pato Branco - Paraná

O Vereador infra-assinado Claudemir Zanco-PDT, membro da Comissão de Finanças e Orçamento, solicita Parecer Jurídico ao Projeto de Lei nº 131 de 6 de agosto de 2018 – Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica para que, posteriormente, esta relatoria possa emitir o Parecer da comissão.

Pato Branco, 12 de agosto de 2018.



Claudemir Zanco  
Vereador – PDT

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral - 12-Set-2018-16:12-033903-1/1



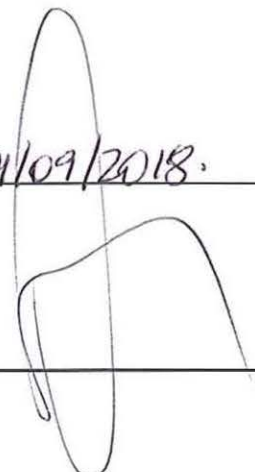


*Câmara Municipal de Pato Branco*  
Estado do Paraná

**PROCURADORIA JURÍDICA**

Recebi nesta data, na condição de **PROCURADOR JURÍDICO**, abaixo assinado, conforme estabelece o § 1º do artigo 133-A do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de lei nº 137/2018.

Pato Branco, 14/09/2018.



*Jurídico*



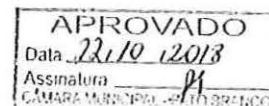
# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT Req. 261/2018



Exmo. Senhor  
**Joecir Bernardi**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco



## **REQUERIMENTO Nº 616/2018**

**Requer seja oficiado o Sindicato dos Hotéis Restaurantes Bares e Similares de Pato Branco, a fim de convidar seus representantes e interessados para participar de Reunião dia 31 de outubro de 2018, após a Sessão Ordinária para debater os Projetos de Lei 141/2018 e 137/2018.**


O vereador infra-assinado, **José Gilson Feitosa da Silva – PT** Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer seja oficiado o Sindicato dos Hotéis Restaurantes Bares e Similares de Pato Branco (R. Afonso Pena, nº 1822, tel. 3225-1252), a fim de convidar seus representantes e interessados para participar de Reunião dia 31 de outubro de 2018, após a Sessão Ordinária.

A reunião tratará dos **Projetos de Lei 141/2018** que visa tornar obrigatória a reservar de 5% de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais, e o **Projeto de Lei 137/2018** que visa proibir o fornecimento de canudos de plástico.

O convite faz-se necessário diante da necessidade de debater com os envolvidos os Projetos mencionados, prezando pela gestão democrática onde em conjunto se contrói políticas públicas que favoreçam a comunidade.

Nestes termos, pede deferimento.

Pato Branco, 22 de outubro de 2018.

  
**José Gilson Feitosa da Silva**  
Vereador – PT







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## **PARECER JURÍDICO** **PROJETO DE LEI Nº 137/2018**

Em atenção a solicitação do Vereador Claudemir Zanco – PDT, membro da Comissão de Finanças e Orçamento, a assessoria e procuradoria jurídica desta Casa Legislativa, emitem a seguinte manifestação técnica referente ao Projeto de Lei nº 137/2018 que dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plásticos nos estabelecimentos que indica.

Em síntese, justifica o autor que a proposição está em consonância com medidas que vem sendo adotadas no mundo inteiro quanto ao uso e descarte de materiais plásticos e o consequente impacto ambiental.

Aduz ainda, que os canudos plásticos estão no centro de campanhas de conscientização para a preservação ambiental. O artefato é apontado como sendo um grande poluidor, símbolo mais global do problema que o plástico traz para o planeta.

É o brevíssimo relatório.

Sem sombra de dúvidas trata de tema de relevante interesse público e alcance social, pois tem por objetivo incentivar a consciência ecológica e proteger o meio ambiente.

Sobre o tema em questão, no que concerne às competências legislativas, a CF/88 as divide em: a) privativa (artigo 22): atende ao interesse nacional, atribuída apenas à União, com possibilidade de outorga aos Estados para legislar sobre pontos específicos, desde que por lei complementar; b) concorrente (artigo 24, *caput*): atende ao interesse regional, atribuída à União, para legislar sobre normas gerais, e aos Estados e ao DF, para legislar sobre normas específicas; c) exclusiva (artigo 30, I): atende ao interesse local, atribuída aos Municípios; d) suplementar (artigo 24, § 2º, e artigo 30, II): garante aos Estados suplementar a legislação federal, no que couber, bem como aos Municípios fazer o mesmo em relação às leis federais e estaduais; e) remanescente estadual (artigo 25, § 1º): aos Estados são atribuídas as competências que não sejam vedadas pela Constituição; f) remanescente distrital (artigo 32, § 1º): ao DF são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e aos Municípios.

A Constituição Federal, em matéria de proteção do meio ambiente (art. 24,





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

VI), estabelece a competência concorrente para a União legislar sobre normas gerais (art. 24, § 1º) e para os Estados e o Distrito Federal suplementá-las (art. 24, § 2º). Os Municípios, por sua vez, sob a ótica do artigo 24 da CF/88, não estão legitimados a legislar concorrentemente sobre esse tema. Sua competência legislativa está adstrita ao previsto no art. 30 da CF/88, limitando-se, basicamente, aos assuntos de interesse especificamente local e à suplementação da legislação federal e estadual, no que couber.

Como já decidiu o STF (RE nº 586.224/SP, julgado em 5/3/2015, Inf. nº 776),

**O Município é competente para legislar sobre o meio ambiente, juntamente com a União e o Estado-membro/DF, no limite do seu interesse local e desde que esse regramento seja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federados (art. 24, VI, c/c o art. 30, I e II, da CF/88).**

No campo da competência suplementar dos Municípios, estes estão legitimados a complementar as normas editadas com base no artigo 24 da CF/88, desde que respeitados os aspectos gerais do regramento objeto da suplementação. Resumidamente, os Municípios só podem legislar na competência suplementar caso existam, de fato, normas federais ou estaduais sobre a matéria e se respeite o campo de abrangência das leis complementadas.

Nesse aspecto, reportamos a Lei Federal nº 12.305/2010 (Lei dos Resíduos Sólidos), que relativamente aos objetivos preconizados nesta proposição legislativa, entre outros, assim prescreve:

## **Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:**

**I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;**

**II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;**

**III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;**

**Art. 9º Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução,**



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

§ 1º Poderão ser utilizadas tecnologias visando à recuperação energética dos resíduos sólidos urbanos, desde que tenha sido comprovada sua viabilidade técnica e ambiental e com a implantação de programa de monitoramento de emissão de gases tóxicos aprovado pelo órgão ambiental.

§ 2º A Política Nacional de Resíduos Sólidos e as Políticas de Resíduos Sólidos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão compatíveis com o disposto no caput e no § 1º deste artigo e com as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei.

Art. 30. É instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção.

Parágrafo único. A responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos tem por objetivo:

V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis;

Art. 31. Sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos e com vistas a fortalecer a responsabilidade compartilhada e seus objetivos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes têm responsabilidade que abrange:

I - investimento no desenvolvimento, na fabricação e na colocação no mercado de produtos:  
a) que sejam aptos, após o uso pelo consumidor, à reutilização, à reciclagem ou a outra forma de destinação ambientalmente adequada;

Art. 32. As embalagens devem ser fabricadas com materiais que propiciem a reutilização ou a reciclagem.





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Ressaltamos ainda, que tramita atualmente no STF o Recurso Extraordinário nº 732.686, a partir do qual será definido se leis municipais podem proibir o uso de sacolas plásticas, sendo que a análise ocorrerá no aspecto formal – possibilidade de o Município legislar sobre meio ambiente – e no aspecto material – se há ofensa aos princípios da defesa do consumidor, da defesa do meio ambiente, bem como do direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado no tocante ao controle da produção, comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente.

Contudo, entendemos s.m.j, que o objeto tratado na presente proposição legislativa, tem o condão de suplementar a legislação federal, considerando o fim a que se destina, que é de preservar o meio ambiente e promover qualidade de vida, atendendo o interesse local. (Lei Orgânica Municipal de Pato Branco - arts. 14, XVI, “a”, XVIII; 164, Parágrafo único)

Aravés de pesquisa realizada na internet, constatamos que em diversos municípios e algumas capitais, idênticas matérias foram aprovadas e transformadas em lei.

O Município de Pato Branco, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente manifestou-se favoravelmente a essa proposição legislativa, todavia indicou algumas sugestões a proposta original, que deverá ser objeto de análise das comissões permanentes.

Por derradeiro, tendo que vista que os preceitos consignados na referida proposta legislativa entrará em vigor em 180 (cento e oitenta dias) da data de sua publicação, recomendamos sejam aguardadas as respostas as solicitações efetuadas as entidades representantes dos estabelecimentos comerciais em que a proposição legislativa faz referência.

Feitas essas considerações, opinamos em exarar parecer favorável a regimental tramitação da matéria.

É o parecer, SALVO MELHOR JUÍZO.

Pato Branco, 6 de novembro de 2018.

José Renato Monteiro do Rosário

Luciano Beltrame



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

GABINETE DO VEREADOR JOSÉ GILSON FEITOSA DA SILVA – PT



**Ata nº 28/2018**

## **Reunião Comissão de Orçamento e Finanças**

Aos trinta e um dias de outubro de 2018, reuniram-se na sala de reuniões da Câmara Municipal de Pato Branco os senhores vereadores José Gilson Feitosa da Silva, Claudemir Zanco, Amilton Maranoski, Moacir Gregolin, Fabrício P. De Mello, Rodrigo Correia, Januário Koslinski, e Vilmar Macari, além de Marcelo Giasson, Fernanda e Enio Ruaro, para tratar de assuntos de interesse da Comissão de Orçamento e Finanças, mais especificamente sobre o Projeto de Lei 105/2018 que trata de crédito especial para implantação do Parque Ambiental Vitorio Piassa. Marcelo e Fernanda explanaram sobre o referido projeto e as verbas vinculadas ao mesmo, vários questionamentos por parte dos vereadores foram feitos, e ficou definido que o setor competente encaminharia resposta COMPLETA do item 16, Ofício resposta do Executivo 57/2018/DA. Além disso, ficou combinado que serão enviadas cópias das planilhas emitidas pela Secretaria de Engenharia e Obras, o que justifica os argumentos dos representantes públicos presentes na reunião. Após encerrada a reunião com os representantes públicos, dos demais vereadores que não fazem parte da Comissão, retiraram-se da sala e adentraram os membros do Sindicato dos hotéis, restaurantes e bares para tratar dos Projetos de Lei 141/2018 e 137/2018. Iniciou-se a reunião explanando sobre a necessidade de ouvir os empresários com relação as propostas contidas nesses projetos, Yugi associado argumentou que o Projeto que prevê a proibição de distribuição dos canudos de plástico não têm resistência por parte dos empresários, pois pode ser substituído além de contribuir com o meio ambiente, entretanto, argumenta que a projeto que prevê a reserva de 5% das mesas e cadeiras para pessoas com necessidades especiais, gestantes e idosos, não é viável. Isso porque, segundo o empresário em restaurantes






# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

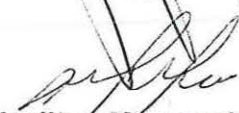


pequenos fica impraticável essa reserva, Kaue Chicowski também argumentou a preferência deve <sup>ser</sup> desses segmentos, entretanto ~~m~~ prever em Lei a reserva de "vagas" não é interessante. Ficou acordado na reunião, que o Sindicato enviará resposta ao Requerimento 443/2018/ encaminhado em 25 de setembro de 2018. Encerrada a reunião, foi lavrada ata, onde os abaixo a subcreveram.

Pato Branco, 31 de outubro de 2018.

  
José Gilson Feltosa da Silva – PT  
Presidente

  
Claudemir Zanco – PDT  
Membro

  
Amilton Maranoski – PV  
Membro





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



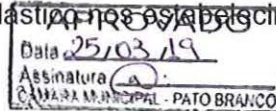
Exmo. Sr.

**Joecir Bernardi**

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores infra-assinados, membros da **Comissão de Orçamento e Finanças**, **Amilton Maranoski**, **Claudemir Zanco** e **José Gilson Feitosa da Silva**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA** ao Projeto de Lei nº 137/2018, que dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 2:**



Modifica a redação do **Art. 3º** do Projeto de Lei nº 137/2018, passando a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 3º Constatada a infração desta Lei, será lavrado o respectivo auto pela autoridade competente, tendo o infrator o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, para apresentar defesa escrita.

§ 1º A fiscalização dos atos decorrentes desta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º A autoridade competente julgará a defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo.

§ 3º Em caso de procedência da defesa, o auto de infração será arquivado, e caso haja improcedência, será lavrado auto de imposição de multa no valor de 10 à 100 UFGs, de acordo com a gravidade do ato e a capacidade econômica do infrator, sempre em atenção ao princípio da proporcionalidade.

§ 4º Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 1.592, de 19 de maio de 1997.”

Pato Branco, 14 de novembro de 2018.

**Claudemir Zanco**  
Membro

**José Gilson Feitosa da Silva**  
Presidente - Relator

**Amilton Maranoski**  
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral  
-14-Nov-2018-15:53-034312-1/1

OFÍCIO 12/2018 - SHBRS

REF: ao Requerimento Nº 616/2018

Pato Branco, 05 de novembro de 2018.

Ilmo. Senhor:

Joecir Bernardi  
Presidente da Câmara de Vereadores de Pato Branco PR

Prezado Senhor:

Servimo-nos do presente para solicitar um prazo a mais para a deliberação de ambos os projetos de lei, Projeto 137/2018, que visa proibir o fornecimento de canudos de plástico, e o Projeto 141/2018, que visa tornar obrigatória a reservar 5% de mesas e cadeiras para idosos, gestantes e pessoas com necessidades especiais, visto que, o SHBRS, ainda não obteve uma oportunidade de reunir-se com os interessados da categoria gastronômica e demais.

Certos da compreensão, desde já agradecemos à atenção.

Atenciosamente.



**Tiago Cichocki**  
Presidente do Sindicato dos Hotéis, Bares, Restaurantes e  
Similares do Sudoeste do Estado do Paraná - SHBRS

*Desta forma, o Sindicato registra suas conquistas e vitórias, para o crescimento e desenvolvimento da categoria.  
Na certeza de cada vez mais, lutar para o progresso de nossos contribuintes e associado.*

*Gilson*



## *Câmara Municipal de Pato Branco*


Estado do Paraná



### **COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

Recebi nesta data, na condição de Presidente da COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO, abaixo assinado, conforme estabelece o artigo 133-A, do Regimento Interno do Poder Legislativo Municipal, o Projeto de Lei nº 137/2018.

Pato Branco, 06/02/2019

  
José Gilson Feitosa da Silva – PT  
Presidente





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná

Gabinete do Vereador Gilson Feitosa

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

### **Projeto de Lei 137/2018**

**Autor:** Carlinho Antonio Polazzo - PROS

**Relator:** José Gilson Feitosa da Silva - PT

**Súmula:** Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

### **RELATÓRIO**

O Projeto em análise prevê a proibição de canudos confeccionados em material plástico em hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, panificadoras e demais estabelecimentos comerciais. Como alternativa aos canudos tradicionais, o Projeto sugere a utilização de canudos fabricados com papel reciclável, biodegradável ou mesmo vidro, inox, etc.

Tudo isso, visando amenizar o impacto ambiental que esse material causa quando descartado erroneamente. Cabendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente a fiscalização e aplicação de multa de 10 à 100UFMs, de acordo com a gravidade e capacidade econômica do infrator.

Importante salientar que foi realizada reunião com representantes do Sindicato dos hotéis, bares, restaurantes e similares do sudoeste do Estado do Paraná, em 30/10/2018, e os presentes informaram que não haveria resistência por parte dos sindicalizados quanto à proibição do fornecimento de canudos de plástico em seus estabelecimentos.

Ficou acordado que seria anexado ao Projeto, Parecer do Sindicato quanto ao assunto tratado, entretanto, até o momento o Ofício não foi protocolado.

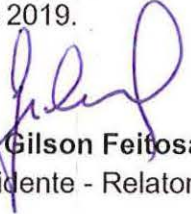
### **VOTO DO RELATOR**

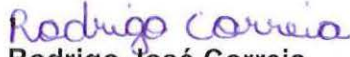
Após análise do projeto, compreende-se que o mesmo encontra-se apto a seguir seu trâmite normal após aprovada emenda, optamos por exarar **PARECER FAVORÁVEL** à sua aprovação por esta Casa de Leis.

É o nosso parecer, SMJ.

Pato Branco, 20 de março de 2019.

  
Claudemir Zanco  
Membro

  
José Gilson Feitosa  
Presidente - Relator

  
Rodrigo José Correia  
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral - 21-Mar-2019-09:00-034937-1/1



# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



Exmo. Sr.  
**Vilmar Maccari**  
Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

Os vereadores infra-assinados, membros da **Comissão de Orçamento e Finanças**, **Claudemir Zanco, José Gilson Feitosa da Silva e Rodrigo José Correia**, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais, apresentam para a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis, a seguinte **EMENDA** ao Projeto de Lei nº 137/2018, que dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

## **EMENDA MODIFICATIVA Nº 3:**




Modifica a redação do Art. 4º do Projeto de Lei nº 137/2018, passando a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 4º Esta Lei entra em vigor 12 (doze) meses após a data de sua publicação.

Pato Branco, 20 de março de 2019.

  
**Claudemir Zanco**  
Membro

  
**José Gilson Feitosa da Silva**  
Presidente - Relator

  
**Rodrigo José Correia**  
Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO PR  
Protocolo Geral

-21-Mar-2019-09:00-034938-1/1







# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## PROJETO DE LEI Nº 137/2018

Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

**Art. 1º** Fica proibido no Município de Pato Branco, Paraná, o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico aos clientes de hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, panificadoras e demais estabelecimentos comerciais que façam uso do utensílio.

Parágrafo único. As disposições desta lei aplicam-se igualmente às casas de show, boates, locais de eventos esportivos e comércio ambulante em geral.

**Art. 2º** Os estabelecimentos de que trata esta lei, em substituição aos canudos de plástico, poderão fornecer canudos fabricados em papel reciclável, material comestível ou biodegradável, bem como em outro material reutilizável, tais como inox e vidro, individual e hermeticamente embalados.

**Art. 3º** Constatada a infração desta Lei, será lavrado o respectivo auto pela autoridade competente, tendo o infrator o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, para apresentar defesa escrita.

§ 1º A fiscalização dos atos decorrentes desta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º A autoridade competente julgará a defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo.

§ 3º Em caso de procedência da defesa, o auto de infração será arquivado, e caso haja improcedência, será lavrado auto de imposição de multa no valor de 10 à 100 UFM, de acordo com a gravidade do ato e a capacidade econômica do infrator, sempre em atenção ao princípio da proporcionalidade.

§ 4º Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 1.592, de 19 de maio de 1997.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor 12 (doze) meses após a data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo – PROS.



**ESTADO DO PARANÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO**



**SECRETARIA DE GABINETE**  
**LEI Nº 5.317, DE 11 DE ABRIL DE 2019**

Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

**A Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:**

**Art. 1º** Fica proibido no Município de Pato Branco, Paraná, o fornecimento de canudos confeccionados em material plástico aos clientes de hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, panificadoras e demais estabelecimentos comerciais que façam uso do utensílio.

Parágrafo único. As disposições desta lei aplicam-se igualmente às casas de show, boates, locais de eventos esportivos e comércio ambulante em geral.

**Art. 2º** Os estabelecimentos de que trata esta lei, em substituição aos canudos de plástico, poderão fornecer canudos fabricados em papel reciclável, material comestível ou biodegradável, bem como em outro material reutilizável, tais como inox e vidro, individual e hermeticamente embalados.

**Art. 3º** Constatada a infração desta Lei, será lavrado o respectivo auto pela autoridade competente, tendo o infrator o prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento, para apresentar defesa escrita.

§ 1º A fiscalização dos atos decorrentes desta Lei ficará a cargo da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º A autoridade competente julgará a defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data do protocolo.

§ 3º Em caso de procedência da defesa, o auto de infração será arquivado, e caso haja improcedência, será lavrado auto de imposição de multa no valor de 10 à 100 UFM's, de acordo com a gravidade do ato e a capacidade econômica do infrator, sempre em atenção ao princípio da proporcionalidade.

§ 4º Os valores arrecadados com as multas serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente, instituído pela Lei nº 1.592, de 19 de maio de 1997.

**Art. 4º** Esta lei entra em vigor 12 (doze) meses após a data de sua publicação.

Esta Lei é de autoria do Vereador Carlinho Antonio Polazzo.

Gabinete do Prefeito, 11 de abril de 2019.

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
Prefeito

**Publicado por:**  
Ana Cristina Rocha da Silva Piacentini  
Código Identificador:FA73B506

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/04/2019. Edição 1738

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Dorli Netto  
Pregoeiro





# *Câmara Municipal de Pato Branco*

Estado do Paraná



## PROJETO DE LEI Nº 137/2018

RECEBIDO EM: 6 de agosto de 2018

SÚMULA: Dispõe sobre a proibição, no âmbito do Município de Pato Branco, do fornecimento de canudos confeccionados em material plástico nos estabelecimentos que indica.

(Em hotéis, restaurantes, bares, lanchonetes, quiosques, panificadoras e demais estabelecimentos comerciais que façam uso do utensílio; casas de show, boates, locais de eventos esportivos e comércio ambulante em geral. Os estabelecimentos poderão, em substituição aos canudos de plástico, fornecer canudos fabricados em papel reciclável, material comestível ou biodegradável, bem como em outro material reutilizável, tais como inox e vidro, individual e hermeticamente embalados. Esta lei entra em vigor 12 (doze) meses após a data de sua publicação)

AUTOR: Carlinho Antonio Polazzo – PROS

LEITURA EM PLENÁRIO: 8 de agosto de 2018

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO EM: 8 de agosto de 2018

RELATOR: Marínes Boff Gerhardt - PSDB

PARECER FAVORÁVEL emitido em: 16 de agosto de 2018

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM: 17 de agosto de 2018

RELATOR: Fabricio Preis de Mello - PSD

PARECER FAVORÁVEL emitido em: 4 de setembro de 2018

DISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 4 de setembro de 2018

RELATOR: José Gilson Feitosa da Silva – PT

SOLICITAÇÃO DE PARECER JURÍDICO EM: 12 de setembro de 2018

PARECER JURÍDICO EMITIDO EM: 6 de novembro de 2018

REDISTRIBUÍDO À COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS EM: 6 de fevereiro de 2019

RELATOR: José Gilson Feitosa da Silva – PT

PARECER FAVORÁVEL emitido em: 21 de março de 2019

### VOTAÇÃO SIMPLES

PRIMEIRA VOTAÇÃO: 25 de março de 2019 – Aprovado com 9 (nove) votos e 1 (uma) ausência. Aprovado com **Emendas Modificativas nº 2 e 3.**

Votaram a favor: Amilton Maranoski – PV, Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marínes Boff Gerhardt – PSDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

Ausente, o vereador Moacir Gregolin – MDB.

\* O Vereador Suplente Amilton Maranoski - PV assumiu a vaga do Vereador Titular Marco Antonio Augusto Pozza - PSD pelo período de sua licença, de 12 de fevereiro a 30 de abril de 2019.

SEGUNDA VOTAÇÃO: 27 de março de 2019 – Aprovado com 10 (dez) votos.

Votaram a favor: Amilton Maranoski – PV, Carlinho Antonio Polazzo – PROS, Claudemir Zanco – PDT, Fabricio Preis de Mello – PSD, Joecir Bernardi – SD, José Gilson Feitosa da Silva – PT, Marínes Boff Gerhardt – PSDB, Moacir Gregolin – MDB, Rodrigo José Correia – PSC e Ronalce Moacir Dalchiavan – PP.

\* O Vereador Suplente Amilton Maranoski - PV assumiu a vaga do Vereador Titular Marco Antonio Augusto Pozza - PSD pelo período de sua licença, de 12 de fevereiro a 30 de abril de 2019.

REDAÇÃO FINAL: Ofício nº 260/2019/DL, de 27 de março de 2019.

SANÇÃO: Lei nº 5317, de 11 de abril de 2019

PUBLICAÇÃO: Publicada na página B3 do Jornal Diário do Sudoeste, edição nº 7368, de 17 de abril de 2019 e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 17/4/2019. Edição nº 1738.